

DISCURSOS RACISTAS NA MÍDIA E A REPRESENTATIVIDADE DA MULHER NEGRA NA POLÍTICA

RACIST DISCOURSES IN THE MEDIA AND THE
REPRESENTATION OF BLACK WOMEN IN POLITICS

LOS DISCURSOS RACISTAS EN LOS MEDIOS Y LA
REPRESENTACIÓN DE LAS MUJERES NEGRAS EN LA
POLÍTICA

SUMÁRIO:

Introdução; 2. Dos direitos fundamentais políticos; 3. A sociedade diante do racismo estrutural e institucional sob a égide do feminismo negro; 3.1. A mídia como propulsora de discursos racistas; 3.2. A representatividade da mulher negra em partidos políticos; 4. A representatividade da mulher negra na política na América Latina sob a perspectiva do sistema Interamericano de Direitos Humanos; 5. Conclusão; Referências.

RESUMO:

O presente artigo tem como objetivo analisar o processo de ocupação de espaços de poder por mulheres negras, principalmente nos partidos políticos e na mídia televisiva, com vistas a compreender o racismo estrutural e institucional. Quanto à metodologia, utilizou-se a revisão narrativa de literatura sobre feminismo negro, especialmente em relação ao contexto histórico evolutivo do movimento, do papel exercido por mulheres negras na política e da mídia como propulsora de discursos racistas, além de reflexões acerca dos impactos trazidos pela Lei 9.504/97, que estabeleceu normas para as eleições. Também foi realizada análise documental, através dos dados quanti-qualitativos disponibilizados pelo Instituto

Como citar este artigo:
MARQUES FILHO,
Elvis, OLIVEIRA, Ana,
SARAIVA, Thayssa,
FIGUEIREDO,
Luciano. Discursos
racistas na mídia e a
representatividade
da mulher negra na
política. *Argumenta*
Journal Law,
Jacarezinho – PR,
Brasil, n. 40, 2023,
p. 111-129

Data da submissão:
01/04/2022

Data da aprovação:
11/08/2023

1. Universidade Estadual do Piauí – Brasil
2. Universidade Estadual do Piauí – Brasil
3. Universidade Estadual do Piauí – Brasil
4. Universidade Estadual do Piauí – Brasil

Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, sobre números proporcionais de mulheres negras na política no Brasil. A partir dessa análise, os resultados apontam que existe uma baixa representatividade da mulher negra na política, fator associado ao papel da mídia como propulsora e influenciadora de discursos racistas na sociedade.

ABSTRACT:

This article aims to analyze the process of occupation of spaces of power by black women, mainly in political parties and in the television media, with a view to understanding structural and institutional racism. As for the methodology, a narrative review of literature on black feminism was used, especially in relation to the evolutionary historical context of the movement, the role played by black women in politics and the media as a driver of racist discourses, as well as reflections on the impacts brought about by Law 9.504/97, which established rules for elections. Documental analysis was also carried out, using quantitative and qualitative data provided by the Brazilian Institute of Geography and Statistics-IBGE, on proportional numbers of black women in politics in Brazil. From this analysis, the results show that there is a low representation of black women in politics, a factor associated with the role of the media as a driver and influencer of racist discourses in society.

RESUMEN:

Este artículo tiene como objetivo analizar el proceso de ocupación de los espacios de poder por parte de las mujeres negras, principalmente en los partidos políticos y en los medios televisivos, para comprender el racismo estructural e institucional. En cuanto a la metodología, se utilizó una revisión narrativa de la literatura sobre el feminismo negro, especialmente en relación con el contexto histórico evolutivo del movimiento, el papel que jugó la mujer negra en la política y los medios como propulsora de los discursos racistas, así como reflexiones sobre los impactos traídos por la Ley 9.504/97, que estableció reglas para las elecciones. También se realizó un análisis de documentos, a través de datos cuantitativos y cualitativos puestos a disposición por el Instituto Brasileño de Geografía y Estadística-IBGE, sobre los números proporcionales de mujeres negras en la política en Brasil. A partir de este análisis, los resultados indican

que existe una baja representación de mujeres negras en la política, factor asociado al papel de los medios de comunicación como propulsores e influenciadores de los discursos racistas en la sociedad.

PALAVRAS-CHAVE:

Racismo estrutural e institucional; Partido político; Mídia televisiva.

KEYWORDS:

Structural and institutional racism; Political party; Television media.

PALABRAS CLAVE:

Racismo estructural e institucional; Partido político; Medios de televisión.

1. INTRODUÇÃO

De acordo com Almeida (2019, p. 31), nesta sociedade, que foi erigida sob o sangue do genocídio negro, todas as suas relações de poder também são perpetuadas pelo racismo e pela subjugação do povo preto, e, no sistema político, não é diferente, espaço este majoritariamente ocupado por pessoas brancas e de classes sociais privilegiadas, em sua maioria homens cisgêneros e heteronormativos. Os corpos dissidentes que ousam se colocar e ocupar os espaços de política são duramente oprimidos e sofrem violências que objetivam silenciá-los e expulsá-los desses locais, operando essa como ferramenta de manutenção da branquitude no poder institucional.

Ademais, quando é falado sobre as opressões sofridas por mulheres negras na política, estas se acumulam de forma dupla, por seus caracteres étnico-raciais e de gênero, ainda mais aprofundada com a classe social à qual está inserida. Hooks (1995, p. 102) sustenta que a mulher negra é duplamente estigmatizada como um ser inferior, por sua condição feminina e racial. Ela é vista a partir de seu corpo, que é mais próximo da natureza, animalístico e ainda mais primitivo que o corpo da mulher branca ou do homem negro.

Nesse contexto, os meios de comunicação exercem papel essencial na construção e reafirmação das identidades individuais e oferecem modelos de pensamentos e comportamentos a serem seguidos, segundo Kell-

ner (2001, p. 317). A mídia assume um papel de influência neste processo, à medida que propulsiona esta relação de poder “branco” que invisibiliza a população negra nos meios de comunicação.

O racismo brasileiro é materializado nos meios de comunicação da mesma maneira como está presente na sociedade brasileira, ou seja, dissimulado, conforme aponta Araújo (2004). Além disso, de acordo com Santaella (1996, p. 62), as imagens das mídias produzem o efeito do real, ou seja, fazem crer o que elas fazem ver, e, dessa forma, de maneira análoga, pode-se afirmar que refletem o racismo que estrutura a sociedade brasileira.

Desse modo, segundo Acevedo, Nohara e Ramunski (2010, p. 57), quando a imagem do negro é, midiaticamente, trazida e direcionada para papéis subalternos, subservientes e marginalizados, pode-se mensurar a construção de um imaginário machista, racista e colonial, estrutura que também opera para sustentar a manutenção do sistema de exploração escravagista, isto porque esse estereótipo que inferioriza adquire uma função de preservação e de defesa da hegemonia do Estado em suas relações políticas e econômicas.

Em virtude disso, verifica-se a importância de analisar, hodiernamente, a ocupação de espaços de poder por mulheres negras nos partidos políticos e a influência dos discursos racistas reproduzidos na mídia televisiva dentro desse contexto. Esta análise deve ser realizada de forma sumariamente interligada com o estudo crítico da observância dos direitos fundamentais, além também da devida arguição de como o racismo estrutural, institucional e o feminismo negro operam dentro desse processo.

Assim, este artigo, foi desenvolvido, a partir da observância dos direitos políticos, especialmente, dos direitos políticos assegurados às mulheres negras, e da liberdade de imprensa, enquanto direito fundamental, que deve servir a todos os indivíduos indistintamente. Para tanto, respalda-se no princípio da dignidade humana, fundamento do Estado Democrático de Direito.

2. DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS POLÍTICOS

A estrutura de direitos fundamentais apresentada atualmente é resultado de um processo de construção e evolução ao longo da história. Conforme Pinto (2009, p. 128), o marco inicial dos direitos fundamentais

é “a Magna Carta Inglesa de 1215, que contribuiu indubitavelmente e de forma marcante para que essa espécie de direitos passasse a ser inserida nas Constituições de todos os Estados modernos”.

Nesta perspectiva, existe uma divisão bem definida em três gerações ou dimensões de direitos fundamentais. A primeira compreende os direitos ligados à liberdade individual, de caráter negativo, destacando-se os direitos civis e políticos, que exigem uma abstenção do Estado. A segunda se relaciona ao valor da igualdade, compreende os direitos sociais, econômicos e culturais, que são de titularidades coletivas e caráter positivo, por demandam a atuação do Estado. A terceira é direcionada aos valores da fraternidade e da solidariedade, que são direitos transindividuais (SARLET, 2019, p. 61-65).

Após a compreensão da estrutura de organização dos direitos fundamentais ao longo do processo histórico-evolutivo da sociedade, ressalta-se a necessidade de análise e compreensão dos direitos fundamentais, bem como, a importância da preservação e tutela desses direitos em sociedade.

Nesse sentido, observa-se que a Dignidade da Pessoa Humana, é preceito fundamental previsto no art. 1º, III, da Constituição da República Federativa do Brasil (CF/88), e se estende a todos os brasileiros e estrangeiros de maneira igualitária. Portanto, o Estado deve promover mecanismos que assegurem aos indivíduos uma vida digna em sociedade.

Ademais, também está consagrado no texto constitucional o princípio da igualdade, especificamente no art. 5º, I, a igualdade entre os sexos, que precisa ser assegurada pelo Estado, por ser direito fundamental, indispensável ao bem-estar social e à plenitude dos indivíduos. Assim, homens e mulheres são dotados de direitos e deveres de maneira igualitária na dinâmica social.

Em relação aos direitos políticos, estes são assegurados no art. 14 e seguintes da CF/88, e expressam o poder do indivíduo participar direta ou indiretamente do processo de escolha dos seus representantes políticos. Hodiernamente, os direitos políticos são assegurados a todos os brasileiros, desde que preencham os requisitos constitucionais, mas, esse cenário nem sempre foi assim, principalmente em relação às mulheres, que só tiveram seus direitos políticos assegurados por meio do voto, a partir da promulgação do novo Código Eleitoral, em 1932, e só foram colocadas em posição de igualdade com os homens em relação ao exercício da cidadania.

nia no texto constitucional de 1934.

Esse avanço, apenas demonstrou-se possível pela articulação do movimento sufragista brasileiro, que teve início anteriormente, por volta de 1910, tendo seu marco quando Leolinda Daltro fundou o Partido Republicano Feminino, o primeiro partido composto somente por mulheres. O objetivo central do partido era reavivar a discussão do voto feminino dentro do Congresso Nacional, onde, há muitos anos, havia se estagnado.

Mas, ainda eram muitas as restrições que as mulheres brasileiras sofriam. Excluídas de qualquer ato público, mesmo com a lei omissa - que não ressaltava de modo direto a proibição do voto feminino - a mulher ainda não detinha possibilidade de votar, de acordo com Menuci e Nielsson (2018, p. 86).

Esses autores ainda afirmam que, apenas com a promulgação da Constituição Federal de 1988, novos horizontes se expandiram para as mulheres. A figura feminina, subjugada ao masculino e inexistente no cenário social, passou a ser sujeito emergente de direitos, especialmente a partir de ações afirmativas criadas para sua inclusão no espaço público (2018, p. 88).

No contexto internacional, o sufragismo americano tem seu marco na Convenção dos Direitos da Mulher, ocorrida no ano de 1848, na cidade de Seneca Falls. O movimento americano é marcado por reivindicações passivas, através de debates, comícios, e muitos manifestos escritos. E, através desse processo, às mulheres conquistam em 1869, no Estado de Wyoming, o direito ao voto pela primeira vez, e após alcançam outros estados, conforme apontam Menuci e Nielsson (2018, p. 83).

3. A SOCIEDADE DIANTE DO RACISMO ESTRUTURAL E INSTITUCIONAL SOB A ÉGIDE DO FEMINISMO NEGRO

Para Almeida (2018, p.15), o racismo é sempre estrutural, se tratando em verdade de um elemento que integra a organização econômica e política da sociedade, sendo uma “[...] manifestação normal de uma sociedade, e não um fenômeno patológico ou que expressa algum tipo de anormalidade”.

Nessa perspectiva, o preconceito racial também é parte das instituições, com base nessa ideia, a disparidade racial está presente na sociedade não apenas em decorrência da ação isolada de grupos ou de sujeitos

racistas, mas sobretudo porque “as instituições são hegemonizadas por determinados grupos raciais que utilizam mecanismos institucionais para impor seus interesses políticos e econômicos”, conforme aponta Almeida (2018, p. 27).

Destarte, a segregação institucional perpetrada por nossas sociedades distingue-se do tradicional ódio entre indivíduos, e consiste em um filtro da população através da eliminação de determinados grupos étnico-raciais. Se trata em verdade do poder empreendido por ordenações administrativas e de governo, que infere a existência de uma simbiose peculiar entre o desenvolvimento e o genocídio. Deve-se entender esse genocídio não somente como a morte física, mas também “a morte política, a expulsão, a rejeição”, segundo Foucault (1999, p. 306). Dessa forma, para o racismo de Estado, “a morte do outro, a morte da raça ruim, da raça inferior (ou do degenerado, ou do anormal) é o que vai deixar a vida em geral mais sadia; mais sadia e mais pura”, conforme Foucault (1999, p. 305).

Porém, essa relação de sobreposição social de determinados grupos sobre outros, não se dá apenas em decorrência de fatores étnico-raciais, mas sobretudo se somam ao gênero e classe social dos indivíduos envolvidos, tendo a opressão sofrida como resultado dessas intersecções. A esse respeito, Gilroy (2001, p. 19) assevera:

(...) os racismos que codificaram a biologia em termos culturais têm sido facilmente introduzidos com novas variantes que circunscrevem o corpo numa ordem disciplinar e codificam a particularidade cultural em práticas corporais. As diferenças de gênero se tornam extremamente importantes nesta operação antipolítica, porque elas são o símbolo mais proeminente da irresistível hierarquia natural que deve ser restabelecida no centro da vida diária. As forças nada sagradas da biopolítica nacionalista interferem nos corpos das mulheres, encarregados da reprodução da diferença étnica absoluta e da contaminação de linhagens de sangue específicas. A integridade da raça ou da nação, portanto, emerge como a integridade da masculinidade. Na verdade, ela só pode ser uma nação coesa se a versão correta de hierarquia de gênero for instituída e reproduzida.

Nesta lógica, fundamental é para este artigo entendermos como operam os acúmulos e intersecções de opressões de raça, gênero e classe, e como estas trazem consigo o estigma de desumanização e preterimento

da mulher negra, até mesmo negando a sua condição de mulher.

O sistema escravagista definia o povo negro como propriedade. Já que as mulheres eram vistas, não menos do que os homens, como unidade de trabalho lucrativo para os proprietários de escravos, elas poderiam ser desprovidas de gênero (...), mas as mulheres também sofriam de forma diferente, porque eram vítimas de abuso sexual e outros maus-tratos bárbaros que só poderiam ser infligidos a elas. A postura dos senhores em relação às escravas era regida pela conveniência: quando era lucrativo explorá-las como se fossem homens, eram vistas como desprovidas de gênero; mas, quando podiam ser exploradas, punidas e reprimidas de todos os modos cabíveis apenas às mulheres, elas eram reduzidas exclusivamente à sua condição de fêmeas (DAVIS, 2016, p. 244).

Nesse contexto, segundo preleciona Davis (2016, p. 53), quando os primeiros movimentos de mulheres surgiram, estes eram protagonizados e liderados por mulheres brancas de classes sociais privilegiadas, que, a fundo, desejavam lutar para adquirir o mesmo nível de liberdade e direitos de seus companheiros. No entanto, na época, a escravidão ainda era uma realidade para as pessoas negras, e as suas necessidades imediatas se diferiam substancialmente das pautas e reivindicações levantadas pelas mulheres brancas, pois aquelas eram fortemente exploradas, agredidas, submetidas a uma vida desumana e degradante, e as suas prioridades eram outras, como tão logo a liberdade, a sobrevivência e uma vida digna.

Atentando para essa condição, a necessidade de existir uma vertente do feminismo que fosse exclusivamente voltada para as pautas e demandas específicas das mulheres negras/pretas, se justifica pelas particularidades que este grupo apresenta na sua luta pela ascensão social e sobrevivência, que são divergentes no tocante às questões tidas como prioritárias para mulheres brancas. A respeito disso, Fernandes (2016, p. 695), destaca que

A hiperssexualização do corpo da mulher negra não se explica apenas por um controle do gênero feminino na supremacia masculina das sociedades patriarcais, pois há razões de ordem econômica que solidificam os pressupostos científicos que conferem ao corpo negro uma natureza “quente” e fisiologicamente aberrante.

Acrescenta ainda Fernandes (2006, p. 696) que as mulheres negras se

tornaram corpos destituídos de mentes e se, são “símbolos sexuais”, isto se deve a uma retificação da mulher como objeto para fins específicos. Destaca-se que a mulher negra além de ter seu corpo hiperssexualizado neste período, também é vista como um instrumento de trabalho, como um ser forte, e neste ponto, era assemelhada mais aos homens negros, do que com mulheres brancas.

3.1. A mídia como propulsora de discursos racistas

Na sociedade de midiaticização, “a cultura midiática se converte na referência sobre a qual a estrutura sócio-técnica-discursiva se estabelece, produzindo zonas de afetação em vários níveis da organização e da dinâmica da própria sociedade”, segundo Fausto Neto (2008, p. 93). Essa conceituação é muito importante para este artigo, pois um dos seus objetivos é abordar a interferência que a mídia televisiva exerce enquanto mecanismo propulsor de discursos e comportamentos racistas.

Merece destaque os autores Acevedo, Nohara e Ramuski (2010, pp. 57-73) que realizaram pesquisas em várias mídias, como propaganda, telenovela, cinema, literatura, imprensa e livro didático, e puderam identificar semelhantes padrões nos discursos e nas representações das relações raciais entre negros e brancos. Na elaboração destes estudos, utilizaram-se das seguintes categorias de análises: representações numéricas, interação entre os personagens, papéis sociais dos personagens representados, importância dos papéis, representação universal da espécie humana, contextos das representações, uso de metáforas e relação com o produto anunciado.

Ainda, sobre a pesquisa supracitada, cumpre mencionar, que os autores destacaram que os estudos sobre as relações raciais têm utilizado o critério de proporcionalidade das representações dos negros na mídia em comparação com sua proporção na população. E, assim, com base nesse critério, alguns estudos têm mostrado que, a partir da década de setenta, houve um aumento na representação numérica desse grupo nas mídias.

Ainda assim, destacam que a grande maioria das investigações indica que os negros ainda estão sub-representados em comparação com sua quantidade na população. E, que várias pesquisas também identificaram que são raras as peças (propagandas, comerciais, filmes, livros didáticos, romances) que contêm maior número de personagens de minorias raciais

do que de brancos. Isso quer dizer que, quando as peças contêm minorias raciais, quase sempre em uma proporção bem menor do que a de brancos, de acordo com Acevedo, Nohara e Ramuski (2010, p. 63).

Diante do exposto, alguns pontos merecem ser discutidos: primeiro, que os autores descreveram que apesar de ter havido um aumento na representação numérica de negros na década de 1970, esta representação ainda era ínfima e não atingia a proporção merecida e necessária. Ou seja, havia necessidade de que esse crescimento fosse bem mais expressivo, para assim, as pessoas negras/pretas estarem verdadeiramente ocupando espaços nesses meios. Segundo, mesmo quando há quantidade de mistas de participantes nestas representações, a população negra/preta está presente em proporção menor do que a de brancos.

De acordo com Acevedo, Nohara e Ramuski (2010, p. 63):

A maior parte das pesquisas mostra que os papéis representados pelos pretos e pardos são estereotipados ou pouco diversificados. Os mais comuns são, por exemplo, os de atletas, trabalhadores braçais ou artistas (Araújo, 2004; Bristor e col., 1995; Greenberg & Brand, 1993; Licata & Biswas, 1993; Rodrigues, 2001). De fato, tanto na literatura como no cinema ou na telenovela, o estereótipo tem sido um recurso largamente utilizado na representação desse grupo racial (Araújo, 2004; Pinto, 1987; Rodrigues, 2001). Alguns dos estereótipos mais comuns são os de criminosos, favelados e prostitutas (Bristor e col., 1995; Chinellato, 1996; Rahier, 2001; Rodrigues, 2001). No contexto do cinema, Rodrigues (2001) relacionou vários estereótipos, como o escravo, o preto velho, o mártir, o nobre selvagem, o negro revoltado e o crioulo doido. Em pesquisas sobre telenovela, Araújo (2004) menciona a mãe negra, o serviçal bonzinho, a negrinha infantilizada, o anjo da guarda, o negrinho endiabrado, o amigo do herói branco, o negro de alma branca, o malandro carioca, entre outros. De modo geral, os estereótipos são marcados por traços de sensualidade, erotismo, criminalidade e feiura (Chinellato, 1996; Da Silva & Rosemberg, 2008; Pinto, 1987).

Neste fragmento, destacaram os estereótipos preconceituosos aos quais esta população é submetida nas representações midiáticas, nitidamente relacionados à criminalidade, à feiura, ao erotismo e à sensualidade.

Em relação aos papéis representados por negros/pretos, os papéis

atribuídos a estes são secundários ou de figurante, caracterizados como papéis insignificantes, conforme Acevedo, Nohara e Ramuski (2010, p. 63-64). Essa situação reafirma o racismo estrutural enraizado na sociedade brasileira, reforçado pelos meios midiáticos televisivos anteriormente destacados.

3.2. A representatividade da mulher negra em partidos políticos

A representatividade política e a ocupação dos espaços de poder são vitais para a garantia dos direitos fundamentais políticos das mulheres negras, para que possuam um horizonte de transformação social, com vistas ao empoderamento e enfrentamento dos desafios impostos por uma sociedade racista (SILVA, 2019, p. 66). Insta ainda destacar que, para a compreensão de como é operada a escolha dos representantes políticos no sistema eleitoral brasileiro, a previsão do art. 45, §1º da Constituição Federal, de que nenhuma das unidades da Federação tenha menos de oito ou mais de setenta Deputados.

Deste modo, verifica-se que apesar do sistema eleitoral brasileiro ser representativo, não quer dizer, que se tenha representatividade. Isso posto, quando se observa os índices de representatividade dos grupos minoritários, tais como mulheres, negros, LGBTQIA+ (lésbicas, *gays*, bissexuais, travestis, transexuais e outros) e indígenas, nos partidos políticos e eleitos para as casas legislativas, são baixos e insatisfatórios.

De acordo com censo brasileiro (IBGE, 2010), as mulheres negras são mais de 41 milhões de pessoas, o que representa 23,4% do total da população brasileira, entretanto, estas ainda se mostram extremamente sub-representadas na política. Segundo dados divulgados pelo Movimento Mulheres Negras, nas eleições de 2016, 4,1% dos candidatos às prefeituras eram mulheres negras (691). Em comparação, os candidatos homens brancos somavam 57,7%, homens negros, 28,7% e mulheres brancas, 8,8%. Das candidatas negras, 3,2% (180) foram eleitas. O maior percentual de eleitos foi de homens brancos, com 62,2%. Em comparação com as eleições de 2020, houve um aumento no número de candidatas negras, de 0,4 ponto percentual.

Na tentativa de mitigar essa sub-representação, fora sancionada a lei 9.504/97, em que são estabelecidas normas para as eleições e a despeito dessa problemática, traz em seu Art. 10, §3º:

Art. 10. Cada partido ou coligação poderá registrar candidatos para a Câmara dos Deputados, a Câmara Legislativa, as Assembleias Legislativas e as Câmaras Municipais no total de até 150% (cento e cinquenta por cento) do número de lugares a preencher, salvo:

§ 3º Do número de vagas resultante das regras previstas neste artigo, cada partido ou coligação preencherá o mínimo de 30% (trinta por cento) e o máximo de 70% (setenta por cento) para candidaturas de cada sexo.

No entanto, a cota prevista para candidaturas femininas passou a ser fiscalizada apenas em 2009, e mesmo após o início de sua fiscalização em pleitos, a referida Lei ainda encontra dificuldades e se mostra insuficiente no mérito de cumprir o fim para o qual foi criada: expandir a representação feminina nas casas legislativas de modo a que esta esteja em equilíbrio com as demais, pois, como já demonstrado, as mulheres ainda são sub-representadas legislativamente, condição ainda mais agravada no tocante às representações femininas negras.

Tais dificuldades encontradas no controle do cumprimento da legislação vigente pelos partidos políticos, estão, sobretudo, nos meios empregados para a sua efetivação, e na escassez dos dados examinados. Existe um mascaramento desses números, pois, em sua maioria, as candidaturas femininas são registradas nos órgãos eleitorais somente para cumprir o requisito legislativo, quando, na prática, não passam a existir. Ademais, as mulheres negras, em sua maioria, não são financiadas pelos partidos políticos, em virtude de que na lógica patriarcal branca dominante, são consideradas como não dotadas de potencial eleitoral, ou seja, capacidade de eleger-se. Desse modo, as mulheres negras são projetadas pelo conjunto da branquitude que domina os espaços institucionais, com hegemonia também, como já abordado, na mídia, para posições subalternas da sociedade.

Hooks (1995, p. 102) sustenta que a mulher negra é duplamente caracterizada como um ser inferior, por sua condição feminina e racial, e quando falamos de mulheres negras que ousam ocupar a política, estas também são oprimidas neste espaço institucional de forma dupla, em virtude do seu gênero e de sua raça, fazendo perpetuar assim o racismo ins-

titucional e a manutenção da branquitude como representação dominante nas instituições.

4. A REPRESENTATIVIDADE DA MULHER NEGRA NA POLÍTICA NA AMÉRICA LATINA SOB A PERSPECTIVA DO SISTEMA INTERAMERICANO DE DIREITOS HUMANOS

De acordo com Piovesan (2017, p. 1359-1360), a região latino-americana é marcada por sociedades pós-coloniais e têm assim sido caracterizada por elevado grau de exclusão e violência ao qual se somam democracias em fase de consolidação, sofrendo a região com um centralismo autoritário de poder.

Pontua ainda Piovesan (2017, p. 1360), que a democratização latino-americana fortaleceu a proteção de direitos, sem, contudo, trazer efetivas e profundas reformas institucionais imprescindíveis à consolidação do Estado Democrático de Direito. A partir dessa frágil e recente democracia, aliada à falta de políticas de fortalecimento e garantias de segurança daqueles que disponibilizam seus nomes para ocupar a política, a região ainda convive com os resquícios do legado dos regimes autoritários ditatoriais, sobretudo com uma cultura de violência política atrelada à falta de políticas concretas que as dissipem, vitimando, principalmente, as mulheres negras que ousam ser protagonistas e sujeitos ativos na consolidação e na prática do regime democrático.

Nesse contexto, no ano de 1978, teve-se a implementação da Convenção Interamericana de Direitos Humanos, que busca, como via de garantia, o fortalecimento e a proteção dos direitos humanos nesses territórios, os integrando em torno de uma agenda garantista, em um cenário no qual a maioria dos Estados reconhecedores da competência do Sistema¹, na época de sua entrada em vigência, eram administrados por regimes ditatoriais e autoritários, não eleitos democraticamente e sem a participação popular.²

Na Convenção Americana, assinada em San José, Costa Rica, em 22 de novembro de 1969, os signatários reafirmaram o seu propósito de consolidar no Continente Americano, dentro do quadro das instituições democráticas, um regime de liberdade pessoal e de justiça social, fundamentado no respeito dos direitos essenciais do homem³.

Diante dessa breve síntese, importante é para este trabalho analisar

a importância do Sistema Interamericano de Direitos Humanos para a manutenção e garantia do exercício dos direitos políticos nos países da América Latina que reconhecem a sua jurisdição, sobretudo o seu impacto na proteção e fomento da ocupação da política por mulheres negras.

A respeito do modo de funcionamento da Corte e como esta impõe a sua jurisdição aos países - membros, ensina MENDES (2021, p. 807)⁴:

A Corte Interamericana determina, em suas sentenças, que o país que viola os direitos humanos adote providências para que a violação não se repita (*effet utile*). Se for necessário, o país condenado deve mudar seu próprio ordenamento jurídico para adequá-lo às exigências da Corte. Assim, caso venha a julgar demanda contra o Brasil, a Corte Interamericana pode determinar que o país altere a própria Constituição.

Nesse sentido, os Estados-Partes da Convenção comprometem-se a cumprir as decisões da Corte em todo caso em que forem partes⁵, constituindo o Sistema em importante mecanismo de proteção e imposição da garantia dos direitos humanos e do exercício da ordem democrática para com as nações-membros. Portanto, pode-se dizer que também se torna uma potencial ferramenta para o resguardo e fortalecimento das mulheres negras que ousam ocupar os espaços de poder no exercício de seus direitos políticos.

À luz do tema, no contexto dos Direitos Políticos, disciplina a Convenção Interamericana de Direitos Humanos:

Direitos políticos - o seu regular exercício somente pode ser limitado em razão da “idade, nacionalidade, residência, idioma, instrução, capacidade civil ou mental, ou condenação, por juiz competente, em processo penal”. (Convenção Interamericana de Direitos Humanos, Artigo 23).

Ademais, pode-se consagrar neste Sistema, novos vislumbres de proteção aos direitos políticos e de liberdade de expressão, no entanto, ainda assim, ocorrem episódios de violência política que buscam sobretudo o cerceamento e expulsão daqueles corpos dissidentes que chegam a ocupar tais espaços de poder, principalmente, quando se apropriam do discurso de defesa dos direitos humanos e dos mais vulneráveis. Esse fator pode ser observado no contexto do assassinato da Vereadora Marielle Franco, no Rio de Janeiro, ocorrido em 14 de março de 2018.

Marielle era mulher negra, lésbica, periférica e ativista na defesa dos

direitos humanos, e fora brutalmente executada, no que se pode configurar, um assassinato político. Nas palavras do Ministro Rogerio Schietti Cruz, na 3ª Seção do Superior Tribunal de Justiça:

Esse caso é evidência cabal de que, no Brasil, continuamos a presenciar assassinatos de pessoas que se arriscam a defender minorias e cobrar dos políticos atitudes mais ousadas no enfrentamento às violações de direitos sofridas pela população. A morte de Marielle parece não constranger os que reverberam discursos de intolerância.

Nesse viés, a CIDH (Comissão Interamericana de Direitos Humanos) vem atuando no sentido de pressionar as autoridades brasileiras a concluir as investigações e levar os culpados à justiça. “O assassinato de Marielle Franco é um ataque ao coração de uma sociedade democrática e um caso emblemático das ameaças enfrentadas pelos defensores de direitos humanos no Brasil”, disseram os especialistas da ONU e da Comissão Interamericana de Direitos Humanos.⁶

Portanto, é possível visualizar a necessidade latente do fortalecimento dos espaços do Sistema Interamericano dos Direitos Humanos, com a participação ativa e compromissada dos países-membros na elaboração de protocolos e programas de defesa de mulheres negras ocupantes de cargos na política e das ativistas na defesa dos direitos humanos, como maneira de garantir o efetivo exercício dos direitos políticos desses sujeitos.

5. CONCLUSÃO

As reflexões e os debates propostos neste estudo proporcionaram, primeiro, uma breve contextualização do processo de construção do movimento feminista negro, que precisou se desenvolver em virtude das particularidades e das singularidades suportadas por mulheres negras na sociedade, desde a época que foram submetidas à escravidão até o modelo de sociedade atual.

Em virtude das exposições propostas neste artigo, pautada em três perspectivas, sendo a primeira o racismo institucionalizado enfrentado pela população negra, e aqui especificamente abordado na mídia televisa, constatou-se que ainda é presente na sociedade brasileira, e para tanto, foram abordados pontos de uma pesquisa que demonstrou em dados con-

cretos o papel coadjuvante ou marginalizado disponibilizados a pessoas negras em novelas, filmes e programas de televisão.

Apesar deste tipo de comportamento perdurar com características de naturalidade no âmbito das instituições de comunicação do país, o presente artigo apresenta-se justamente como mecanismo de promoção da discussão e ampliação do debate sobre a temática proposta. Impulsionando a mídia, especialmente, a televisiva, a exercer de maneira positiva o seu papel de transmitir informações e conhecimentos, que possam promover inclusão e igualdade social.

A segunda perspectiva abordada foi a baixa atuação de mulheres negras em espaços de poder nos partidos políticos e a necessidade de superação desta realidade, considerando que a atuação política, é um dos mecanismos de proteção e promoção de direitos fundamentais mais eficientes no sistema democrático.

E, por fim, pode-se discutir a importância do Sistema Interamericano dos Direitos Humanos no fortalecimento e proteção das mulheres negras ocupantes de cargos políticos e ativistas pelos direitos humanos na América Latina, além de pontuar o papel do Sistema na conquista de maior representatividade política nos países-membros.

REFERÊNCIAS

Araújo, Joel Z. **A negação do Brasil: o negro na telenovela brasileira**. 2. ed. São Paulo: Senac, 2004.

ACEVEDO, Claudia Rosa; NOHARA, Jouliana; RAMUSKI, Carmen Lúcia. **Relações raciais na mídia: um estudo no contexto brasileiro**. **Rev. psicol. polít.** [online], Florianópolis, v. 10, n. 19, jan. 2010.

ALMEIDA, Sílvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

FAUSTO NETO, Antonio. **Fragmentos de uma analítica da mídia-**

tização. Matrizes, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 89-105, abr. 2008.

FERNANDES, Danubia de Andrade. **O gênero negro**: apontamentos sobre gênero, feminismo e negritude. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 24, n. 3, p. 691-713, dez. 2016.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**: Curso dado no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FURTADO, Rafael Nogueira; CAMILO, Juliana Aparecida de Oliveira. O Conceito de Biopoder no Pensamento de Michel Foucault. **Revista Subjetividades**, Fortaleza, v. 16, n. 3, p. 34, ago. 2017.

GILROY, Paul. **O Atlântico Negro**: modernidade e dupla consciência. São Paulo: Ed 34, 2001. 432 p.

HOOKS, Bell. **Não sou eu uma mulher. Mulheres negras e feminismo**. Tradução livre para a Plataforma Gueto. Rio de Janeiro, 1981

KELLNER, Douglas. **A cultura das mídias - estudos culturais**: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno. Bauru: EDUSC, 2010.

Mendes, Gilmar Ferreira **Curso de direito constitucional** / Gilmar Ferreira Mendes; Paulo Gustavo Gonet Branco. – 16. ed. – São Paulo: Saraiva Educação, 2021. (Série IDP) 1720 p.

MENUCI, Júlia; NIELSSON, Joice Graciele. **Participação política feminina**: da luta por direitos às ações positivas frente a Constituição Federal de 1988. **Revista da Faculdade de Direito**, São Paulo, v. 5, n. 5, jan/jul. 2018.

SISTEMA INTERAMERICANO DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS. Disponível em: https://midia.mpf.mp.br/pfdc/hotsites/sistema_protecao_direitos_humanos/interamericano.htm. Acesso em: 26 fev. 2022.

Organização dos Estados Americanos (org.). **Brasil deve garantir justiça para a defensora de direitos Marielle Franco, morta há um ano, dizem especialistas da ONU e da CIDH**. 2019. Disponível em: <https://www.oas.org/pt/cidh/prensa/notas/2019/066.asp>. Acesso em: 26 fev. 2022.

Organização dos Estados Americanos, **Convenção Americana de Direitos Humanos** (“Pacto de San José de Costa Rica”), 1969.

O TEMPO. Agência Brasil (ed.). **Eleições 2020: negras são 28% da população, mas têm baixa participação política**. 2020. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/hotsites/eleicoes-2020/eleicoes-2020-negras-sao-28-da-populacao-mas-tem-baixa-participacao-politica-1.2395657>. Acesso em: 27 jul. 2021.

PINTO, Alexandre Guimarães Gavião. **Direitos fundamentais**: legítimas prerrogativas de liberdade, igualdade e dignidade. **Revista da EMERJ**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 46, jan. 2009.

Piovesan, Flávia. **Ius constitutionale commune latino-americano em Direitos Humanos e o Sistema Interamericano: perspectivas e desafios**. Revista Direito e Práxis [online]. 2017, v. 8, n. 2 [Acessado 26 Fevereiro 2022] , pp. 1356-1388. Disponível em: <<https://doi.org/10.12957/dep.2017.28029>>. Epub Apr-Jun 2017. ISSN 2179-8966.

SANTAELLA, Lúcia. **Cultura das mídias**. São Paulo: Experimento, 1996.

SARLET, Ingo Wolfgang. **La eficacia de los derechos fundamentales**. Una teoría desde la perspectiva constitucional. Lima: Palestra Editores, 2019.

SILVA, Andréa Franco Lima e. **“Marielle virou semente”**: representatividade e os novos modos de interação política da mulher negra nos espaços institucionais de poder. **Sociologias Plurais**, Curitiba, v. 5, n. 1, 2019. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/scplpr/article/view/68214>. Acesso em: 14 out. 2021.

'Notas de fim'

1 O Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos é o sistema regional aplicável ao Estado brasileiro e é composto pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos e pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, órgãos de monitoramento da Organização dos Estados Americanos (OEA). Desde sua criação, esse sistema regional adotou uma série de instrumentos internacionais de promoção e proteção dos direitos humanos, que se tornaram sua base normativa. A Convenção Americana de Direitos Humanos ou Pacto de San José e a Declaração Americana de Direitos e Deveres do Homem deram início a este processo. Em seguida, vieram convenções e protocolos sobre temas de tortura, pena de morte, violência contra a mulher, desaparecimentos forçados, discriminação contra pessoas portadoras de deficiência e direitos econômicos, sociais e culturais. Estas normativas internacionais evoluíram para a construção de um arcabouço legislativo que reconheceu e definiu direitos, criando obrigações internacionais para os Estados e estabelecendo órgãos de monitoramento do cumprimento destas obrigações. Disponível em: [:::Sistema Internacional de Proteção dos Direitos Humanos:::](http://www.unhcr.org/refugees/sistema-internacional-de-protecao-dos-direitos-humanos.html) (mpf.mp.br). Acesso em 24.fev.2022.

2 Dos 11 Estados-partes da convenção à época, menos que a metade tinha governos

eleitos democraticamente, ao passo que hoje quase a totalidade dos Estados latino-americanos na região tem governo eleitos democraticamente. De acordo com Piovesan (2017)

3 Convenção Americana sobre Direitos Humanos, Preâmbulo. Os Estados americanos signatários da presente Convenção: Reafirmando seu propósito de consolidar neste Continente, dentro do quadro das instituições democráticas, um regime de liberdade pessoal e de justiça social, fundado no respeito dos direitos essenciais do homem; Disponível em: https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/c.convencao_americana.htm. Acesso em 25.fev.2022

4 Atualmente, o entendimento do STF é no sentido de que o Pacto de San José da Costa Rica é uma norma de status inferior à Constituição, portanto, com base em um tratado de status inferior à Constituição, respeitado o Entendimento vigente, o Brasil não estaria obrigatoriamente submisso à ordem de alteração constitucional. (MENDES, 2021, p. 807-808).

5 Os Estados-Partes na Convenção comprometem-se a cumprir a decisão da Corte em todo caso em que forem partes (Convenção Americana, Artigo 68, 1).

6 Disponível em: Brasil deve garantir justiça para a defensora de direitos Marielle Franco, morta há um ano, dizem especialistas da ONU e da CIDH (oas.org). Acesso em 27.02.2022.

